



Revista Latino-Americana de Enfermagem
ISSN: 0104-1169
rlae@eerp.usp.br
Universidade de São Paulo
Brasil

Palucci Marziale, Maria Helena; Costa Mendes, Isabel Amélia
O investimento em pesquisas na área da saúde: termos de referência para o desenvolvimento
científico e tecnológico brasileiro
Revista Latino-Americana de Enfermagem, vol. 14, núm. 2, março-abril, 2006, pp. 149-150
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281421860001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

O INVESTIMENTO EM PESQUISAS NA ÁREA DA SAÚDE: TERMOS DE REFERÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TÉCNOLÓGICO BRASILEIRO

*Maria Helena Palucci Marziale¹
Isabel Amélia Costa Mendes²*

A área de C&T depende de crescentes aportes de recursos para que possa contribuir de modo efetivo para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Há uma política clara do governo federal nesta direção prevendo, no âmbito da Lei Orçamentária, recursos de Fundos Setoriais através dos quais, por meio de editais, promove-se o investimento em áreas prioritárias. Na mesma direção, nos estados vê-se paulatinamente ampliação de recursos para pesquisa, em consonância com uma política de cooperação entre governos federal e estadual. Embora essa perspectiva seja alentadora, não é suficiente. É preciso ampliação de investimentos no orçamento de C&T com envolvimento dos governos em níveis central, estadual e municipal e em parcerias com o setor produtivo.

A área da saúde é considerada como um dos setores que mais despendem de recursos financeiros para pesquisa no mundo. No Brasil foi estimado o desembolso de R\$ 500 milhões de reais para o ano de 2001 para atividades de pesquisa no setor público, com um investimento anual per capita de R\$ 27.907,00 reais nos pesquisadores da referida área. Na ocasião esse montante foi considerado aquém das necessidades, quando levado em conta o grande número de problemas oriundos da crise enfrentada pela maioria dos hospitais universitários e de ensino⁽¹⁾.

No biênio 2004/2005 aplicou-se aproximadamente R\$ 130 milhões para o financiamento de projetos de pesquisa em saúde e para 2006 está previsto um aumento de 10% desse montante⁽²⁾. Considerando-se que atualmente a crise não se restringe aos hospitais universitários, mas sim a todo o setor saúde, o orçamento destinado à pesquisa parece ser insuficiente e pode significar entraves no avanço do conhecimento científico no setor saúde, na orientação dos vetores de desenvolvimento tecnológico e de inovação da indústria de equipamentos, medicamentos, imunizantes e outros insumos básicos à saúde.

Uma estratégia utilizada pelo Ministério da Saúde em conjunto com o Ministério de Ciência & Tecnologia que vem emprestando novas perspectivas à comunidade científica é o estabelecimento das prioridades de pesquisa em saúde visando melhorar os serviços e ações prestadas no âmbito do Sistema Único de Saúde e consequentemente os níveis de saúde da população⁽³⁾.

No mês de março foi realizada a Oficina de prioridades de pesquisa em saúde organizada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia/Ministério da Saúde (DECIT/MS) para elaboração dos termos de referência para o lançamento dos editais temáticos das pesquisas para 2006. A discussão e contratação dos referidos editais são feitas em parceria entre o DECIT/MS, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) com o propósito de atender as necessidades de saúde expressas na Política Nacional de Saúde⁽⁴⁾. O elenco das prioridades com as respectivas subagendas ainda não foi publicado, mas já se sabe que estarão direcionados às áreas de comunicação e informação em saúde, gestão do trabalho, gestão da educação, avaliação de tecnologias em saúde, kits diagnóstico, genética clínica, saúde e ambiente, saúde da população negra, saúde da pessoa com deficiência, envelhecimento populacional e saúde da pessoa idosa, saúde da população masculina, determinantes sociais, doenças negligenciadas e biofármacos conforme divulgado pela Biblioteca Virtual em Saúde⁽³⁾.

Não resta dúvida de que governos e sociedade precisam reconhecer que investimento em C&T merece equiparação aos outros programas de infra-estrutura, para que se consiga ampliar a competitividade

do país em todas as suas regiões. E mais, se houver uma interlocução entre governos para composição de uma agenda de cooperação latino-americana em C&T, melhor. Especialmente para a área de Enfermagem haveria um ganho inestimável no sentido de alavancar o desenvolvimento da pesquisa e a transferência de conhecimento para os setores de educação e serviço, além de uma integração da enfermagem na América Latina.

Para tanto é preciso uma postura pró-ativa das lideranças de enfermagem no sentido de atenção às oportunidades, criação de espaços e mecanismos de inserção desta área de conhecimento e apresentação de demandas por meio de projetos em sintonia com as políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Guimarães R. Bases para uma política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde. Ci Saúde Coletiva 2004 abril-junho; 9(2):375-87.
2. Goldbaum M, Serruya SJ. O Ministério da Saúde e a política de ciência, tecnologia e inovação em saúde. Cad Saúde Pública 2006 março; 22(3):470-1.
3. Marziale MHP. Diretivas para o desenvolvimento de pesquisas em saúde no Brasil. Rev Latino-am Enfermagem 2004 julho-agosto; 12(4):1-2.
4. Biblioteca Virtual em Saúde [homepage na internet]. São Paulo: BIREME/OPS/OMS; 2006. [atualizado março 2006; acessado 17 março 2006]. BIREME participa da Oficina de Prioridades de Pesquisa em Saúde organizada pelo DECIT/MS; [2 telas]. Disponível em: <http://espacio.bvsalud.org/boletim.php?articleId=03171615200643>